



Ministério das Comunicações

Aprimoramento dos Serviços Postais
Gestão da Política de Comunicações
Inovação Tecnológica em Telecomunicações
Oferta dos Serviços de Telecomunicações
Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica
Universalização dos Serviços de Telecomunicações

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para o Ministério das Comunicações, foi utilizado R\$ 1,3 bilhão para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 4.079.735.903,00	Realizado orçamentário¹:	R\$ 1.368.474.602,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	Realizado não orçamentário:	-
Total previsto:	R\$ 4.079.735.903,00	Total realizado:	R\$ 1.368.474.602,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 104,5 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 58,1 milhões.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério das Comunicações em 2005 a serem destacados foram:

- Ampliação da rede de atendimento, levando diversos Municípios a prestação de serviços postais básicos.
- Desenvolvimento do projeto Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTV).
- Realização de 282,3 mil ações de fiscalização na vertente de telecomunicações.
- Concessão de 56 outorgas no Serviço Telefônico Fixo Comutado, TV por Assinatura e Serviço Móvel Pessoal.
- Concessão de 1.008 outorgas na vertente de comunicação eletrônica.

ASPECTOS RELEVANTES

A principal restrição encontrada pelo Ministério das Comunicações (MC) está relacionada à execução dos recursos previstos no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST). Existe um impasse legal com relação à meta de universalização dos serviços de telecomunicações com recursos do FUST. A Lei Geral de Telecomunicações (LGT), por exemplo, não permite a aplicação dos recursos do FUST para disponibilização de acesso à Internet, a não ser mediante serviços prestados em regime público. Esses serviços atualmente são prestados apenas pelas operadoras do Sistema de Telefonia Fixa Comutada (STFC). Dado o

¹ A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

impasse, ou se modifica a LGT ou se perpetua a impossibilidade de utilização dos recursos do FUST .

Outro problema característico ao MC refere-se à força de trabalho disponível. O número de servidores está muito aquém da monta ideal para atingimento eficaz de suas atividades. Além disso, a falta de espaço físico, mobiliário e equipamentos adequados são outros problemas relacionados à estrutura do Ministério.

RECOMENDAÇÕES

- Exclusão do programa “Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica”. Propõe-se a aglutinação dos indicadores do programa “Universalização dos Serviços de Telecomunicações” em duas vertentes: telefonia e redes digitais.
- O Poder Executivo necessita sensibilizar o Congresso Nacional para promover a reformulação da Lei que instituiu o FUST e da Lei Geral de Telecomunicações para que possam ser removidos os entraves legais que impedem a promoção da universalização dos serviços de telecomunicações mediante utilização dos recursos legalmente arrecadados.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério das Comunicações.

APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS

OBJETIVO

Garantir e ampliar o acesso e a qualidade dos serviços postais, por meio da manutenção, ampliação e modernização da infra-estrutura de atendimento e de produção e distribuição.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 313.447.367,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: R\$ 231.083.564,00 Total: R\$ 231.083.564,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. PERCEPÇÃO DOS CLIENTES EM RELAÇÃO A SUA EXPECTATIVA NA ATIVIDADE DE ATENDIMENTO

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 89,4 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Foi considerada média a viabilidade de alcance do índice do indicador. A diferença entre o índice alcançado e o índice de referência se manteve dentro da margem de erro de 5% da pesquisa.

2. PERCEPÇÃO DOS CLIENTES EM RELAÇÃO A SUA EXPECTATIVA NA ATIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO

Unidade de medida: Porcentagem
Último índice apurado: 92,6 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Foi considerada alta a viabilidade de alcance do índice do indicador. A diferença entre o índice alcançado e o índice de referência se manteve dentro da margem de erro de 5% da pesquisa.

3. TAXA DE DISTRITOS, COM POPULAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 500 HABITANTES, COM ATENDIMENTO LOCAL

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 78,59 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Foi considerada média a viabilidade de alcance do índice do indicador. A diferença entre o índice alcançado e o índice de referência se manteve dentro da margem de erro de 5% da pesquisa.

4. TAXA POPULACIONAL COM DISTRIBUIÇÃO POSTAL

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 81,02 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 85,09

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice apresentado reflete o resultado de 2004, devido à não-apuração do resultado em 2005. A tendência para o índice é crescente, porém a apuração final para 2005 ainda não foi concluída.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A promoção de oportunidades para o cidadão deve passar pela disponibilização, prioritariamente aos menos favorecidos, de uma infra-estrutura que permita o acesso às oportunidades de mercado e serviços do setor público, mudanças que tornem a administração pública e a prestação de serviços públicos mais eficientes e responsáveis perante a sociedade.

Dessa forma a ampliação da oferta e a melhoria da qualidade na prestação dos serviços postais, implementada por meio de projetos e atividades vinculadas ao programa Serviços Postais, visam a proporcionar a universalização do acesso da população a estes serviços, com qualidade e a preços acessíveis, independentemente da localização do seu domicílio ou da sua condição pessoal, social ou econômica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A ECT procurou intensificar as suas ações sociais para uma melhor atuação como agente da política governamental. Para elevar o grau de satisfação da população na prestação de serviços postais, foram realizadas as seguintes iniciativas:

- ampliação da rede de atendimento, levando a diversos Municípios a prestação de serviços postais básicos.
- acesso à movimentação bancária, por meio do Projeto Banco Postal, que possibilitou a utilização de créditos para a aquisição de bens de consumo.
- intensificação das obras para melhoria de atendimento e distribuição.

É importante fazer referência ao projeto Banco Postal, realizado em parceria com o Bradesco, em que a execução das metas acordadas foi cumprida integralmente.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Com o objetivo de levar os serviços postais básicos a todos os distritos com população igual ou superior a 500 habitantes, a ECT levou os serviços postais básicos a mais 152 distritos, até então desprovidos. Vale ressaltar que a Empresa enfrentou dificuldades no cumprimento das atividades, a saber: suspensão da celebração de convênios com a iniciativa privada para instalação de Agências de Correios Comunitárias (AGCs), por recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) e alegação recorrente das prefeituras quanto à dificuldade no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que as obriga a manter despesa com pessoal dentro do limite estabelecido e apresentar a documentação exigida à regularidade fiscal.

A realização física ficou em aproximadamente 65%, sendo que a maior dificuldade encontrada foi em relação à contratação de fornecedores capazes de suprir as necessidades previstas nas ações em tempo hábil.

Não houve dificuldades quanto à disponibilidade de recursos orçamentários, tampouco o fluxo da sua liberação. Verificou-se que as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional possibilitaram uma maior execução das obras e aumento na aquisição de equipamentos, contribuindo para a ampliação na infra-estrutura de atendimento, produção e distribuição.

A cobertura do público-alvo foi considerada dentro do esperado, embora a ECT tenha enfrentado dificuldades no seu cumprimento, tais como: suspensão da celebração de convênios com a iniciativa privada para instalação de AGCs, por recomendação do TCU e alegação recorrente das prefeituras quanto à dificuldade no cumprimento da LRF que as obriga a manter despesa com pessoal dentro do limite estabelecido e apresentar a documentação exigida à regularidade fiscal.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado mensalmente por meio dos seguintes relatórios:

- Metas físicas e financeiras das ações do Plano Plurianual (PPA).
- Plano Empresarial de Ações e Projetos-acompanhamento.
- Sistema Plano de Trabalho Corporativo (PTC).

Existe a necessidade de aperfeiçoamento na coleta das informações em tempo hábil, junto aos gestores, tendo em vista a capilaridade da ECT, presente em todos os Municípios brasileiros, aliada à distribuição do orçamento para as 26 Diretorias Regionais, o que dificulta a consolidação das informações corporativas. A Empresa está revisando os processos de execução orçamentária, corporativa e regional, de forma a adequá-los à Solução Integrada de Gestão Empresarial (ERP), o que proporcionará maior agilidade na captação das informações.

A cobertura do público-alvo foi considerada dentro do esperado. Além disso, a pesquisa Vox Populi apurou o índice de satisfação do usuário nos serviços prestados igual a 89,4%.

A ECT conta com os seguintes mecanismos de participação social: Centro de Atendimento ao Usuário, Ouvidoria e Acesso Via Internet - Fale Conosco, por meio dos quais ocorre a otimização dos processos da Empresa.

As práticas de gestão realizadas pela ECT referem-se aos acompanhamentos mensais, realizados por gestores e avaliadores dos projetos e atividades. Para isso, é utilizada a ferramenta de acompanhamento dos PTCs, em que é acompanhada a realização das metas físicas e financeiras, desempenho, o alcance das metas, a situação prevista e a atual dos projetos e atividades.

RECOMENDAÇÕES

- Aglutinação da ação “Modernização da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição” com a ação “Ampliação da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição”, gerando a ação “Modernização e Adequação da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição”, com vistas a otimizar a execução orçamentária.

GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de comunicações.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 53.731.072,00	Empenho Liquidado: R\$ 8.963.709,00 Pago estatais: - Total: R\$ 8.963.709,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa "Gestão da Política de Comunicações" possui como vertente principal a formulação de políticas nas áreas afetas. O programa financia a reformulação e reformulação das políticas nos setores de telecomunicações, comunicação eletrônica e serviços postais.

O programa possui também como componente o aprimoramento da estrutura física do Ministério das Comunicações (MC), bem como a modernização de sua estrutura de informática.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Os resultados alcançados pelo programa foram considerados muito abaixo do esperado. A ação "Capacitação" não teve os resultados esperados tendo em vista que havia a expectativa de realização de concurso público para o ingresso de novos servidores, além da previsão da anistia dos ex-servidores do FAS, o que acabou não acontecendo no decorrer do exercício em avaliação.
- As ações "Reforma do Edifício Sede do Ministério das Comunicações" e "Modernização da Estrutura de Informática do Ministério das Comunicações" sofreram atraso em função da impossibilidade da realização dos processos

licitatórios. A ação “Modernização da Estrutura de Informática” apresentou limite insuficiente para empenho, aproximadamente 26% do previsto na Lei Orçamentária para o período. Quanto aos processos licitatórios, esses só ocorreram em dezembro de 2005 e março de 2006 respectivamente, prejudicando o alcance dos resultados esperados.

- A ação “Reformulação da Política de Telecomunicações” mais uma vez não foi priorizada pelo MC em face das mudanças dos principais titulares desse órgão. As alterações ocorreram desde o ministro até os coordenadores de projeto. Essas mudanças, nos níveis de direção, coordenação e gerências, só ocorreram no final do exercício de 2005, não sendo possível contratar as consultorias necessárias para dar início à reformulação da política dessa área.
- A ação “Reformulação da Política de Comunicação Eletrônica” não alcançou os objetivos esperados, ficando bem abaixo do programado, também por causa da substituição dos titulares do órgão. Destarte, não foi possível o atingimento dos objetivos programados.
- No entanto, ainda foi possível iniciar a elaboração do Plano de Trabalho para apresentação de Projeto de Lei para regulamentar as leis de comunicações, nos setores de radiodifusão, telecomunicações e internet, além de uma proposta para desenvolver e aplicar testes e implantação de ferramentas de gestão. Essa iniciativa possibilitará ao Ministério das Comunicações acompanhar e avaliar o desempenho e a qualidade dos procedimentos de outorga, concessão, permissão e autorização, bem como a fiscalização da execução dos serviços de radiodifusão outorgados. Essas propostas estão sendo apreciadas pelas áreas competentes do Ministério, com a finalidade de dar início à sua aplicação no decorrer de 2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O desempenho do Ministério no decorrer do exercício ficou muito abaixo do esperado em face das diversas dificuldades, desde a impossibilidade da realização de concurso público para reposição do quadro de recursos humanos, passando pela dificuldade na realização de processos licitatórios para as obras previstas, e pelas mudanças de gestão ocorridas no órgão.

É importante verificar que a gestão de planos, programas e ações está intrinsecamente ligada às mudanças estratégicas ocorridas na alta direção das organizações. Nota-se, dessa forma, que essa foi a principal restrição relacionada às ações do programa, impossibilitando a execução como um todo.

Outro aspecto relevante diz respeito à própria estrutura organizacional da instituição, que não contempla uma unidade de planejamento e avaliação. As atividades de monitoramento e avaliação dos programas e ações do Plano Plurianual recaem sobre um servidor, que possui outras atribuições operacionais.

As alterações efetuadas pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária foram benéficas para as ações “Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação” e “Publicidade e Utilidade Pública”. No entanto, seria necessário que o limite financeiro do órgão também fosse ampliado para comportar eventuais acréscimos orçamentários.

Ao analisar a disponibilidade de recursos orçamentários, verifica-se que o contingenciamento no decorrer do exercício financeiro, com a limitação de recursos para empenho, prejudicou sensivelmente o cumprimento das metas estabelecidas no PPA. A descontinuidade no fluxo da liberação de recursos, tanto para empenho quanto para pagamento, comprometeram seriamente os objetivos do programa. O volume inscrito em restos a pagar, oriundo de convênios com Municípios e Estados, tem prejudicado o fluxo de caixa do Ministério em face do elevado nível de inadimplência dos convenentes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- É de grande importância que o MC continue a formar parcerias com Estados e Municípios, visando à estruturação de uma rede de parceiros conscientes de suas responsabilidades sociais.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES

OBJETIVO

Pesquisar, desenvolver e difundir inovações tecnológicas voltadas à competitividade de produtos e serviços de telecomunicações.

PÚBLICO-ALVO

Centros de pesquisa, tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos, instituições de ensino e pesquisa, no setor de telecomunicações.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 203.739.041,00	Empenho Liquidado: R\$ 105.352.481,00 Pago estatais: - Total: R\$ 105.352.481,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. DESEMPENHO DE EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 79

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador é inapropriado para o programa. O Fundo Setorial para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL) ainda não encontrou indicadores capazes de expressar seus resultados, o que está em estudo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Entre os setores econômicos, as telecomunicações ocupam lugar de destaque por serem essenciais à competição econômica. No cenário anterior à privatização, a formulação e implementação da política tecnológica no Brasil, para o setor de telecomunicações, esteve alicerçada no poder de compra do Sistema Telebrás e na capacidade de geração tecnológica da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPQD) e na sua interação com o setor privado nacional. Com a abertura do setor de telecomunicações à competição, o quadro foi substancialmente alterado, gerando aumento do volume de importações. Observa-se o predomínio do fornecimento das empresas multinacionais no país com participação reduzida das empresas de capital nacional.

Este programa, financiado pelo FUNTTEL, visa a estimular o processo de inovação tecnológica voltada para as telecomunicações, incentivar a capacitação de recursos humanos em tecnologias aplicadas às telecomunicações, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O principal resultado obtido no exercício foi o desenvolvimento do projeto Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTV), na ação “Fomento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras nas Telecomunicações”, porém trata-se de apenas um dos projetos em execução pelo programa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os poucos projetos fomentados durante o exercício tiveram um excelente resultado e suas metas foram alcançadas, porém muitos projetos tiveram suas execuções suspensas, resultando a avaliação em abaixo do esperado.

O principal problema encontrado pelo programa refere-se ao limite orçamentário disponibilizado ao FUNTTEL, que é vinculado aos limites dados ao Ministério das Comunicações (MC), que não prioriza as ações do programa em virtude do reduzido limite. Caso não houvesse essa vinculação, o Fundo estaria apto ao atendimento mais generalizado dos compromissos assumidos junto aos institutos executores de seus projetos.

Esse contingenciamento prejudica a execução dos projetos, que em sua maioria têm previsão de execução de 3 anos, deixando os projetos autorizados pelo conselho gestor junto aos institutos de pesquisa em grande dificuldade e atrasando a execução dos mesmos. Nesse sentido, gera-se um grande desperdício nos recursos já repassados, uma vez que os institutos são obrigados a rever seus cronogramas em uma tentativa de não perderem a equipe de pesquisadores.

O contingenciamento sofrido e a necessidade de direcionar os limites recebidos às duas ações mais relevantes e de compromissos previamente assumidos impossibilitaram a execução da ação “Gestão e Administração do Programa (GAP)”, apesar da grande necessidade de contratação de consultorias especializadas para avaliação.

A quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial é outro problema, pois a Secretaria-Executiva do programa dispõe de apenas 4 servidores efetivos da área administrativa para atendimento ao Conselho do Fundo.

Apesar de os executores enviarem informações trimestralmente, a carência de recursos humanos na gerência impossibilitou o acompanhamento das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

É importante ressaltar que o FUNTTEL está contratando o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) para avaliação do programa. Os trabalhos deverão iniciar-se em abril de 2006, com a finalização da primeira etapa prevista para dezembro do mesmo ano.

Com relação ao monitoramento, todos os projetos enviam relatórios trimestrais, pontuando o desenvolvimento dos projetos em seus aspectos físicos e financeiros. Ao final do exercício, é enviado um relatório de execução, contemplando todas as etapas alcançadas no exercício.

Fiscalizações no local foram planejadas para avaliar os relatórios trimestrais, porém, dadas as dificuldades enfrentadas pela equipe técnica do Ministério, somente em fevereiro de 2006 foi realizada a fiscalização do exercício anterior.

RECOMENDAÇÕES

- Sugere-se uma melhor descrição das realizações de cada projeto no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN) para facilitar o monitoramento, o acompanhamento da superação dos pontos críticos e restrições, a adequação da alocação orçamentária e a verificação do fluxo financeiro, de forma a não comprometer o interesse público.

OFERTA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

OBJETIVO

Garantir a prestação dos serviços de telecomunicações, de forma contínua e em condições adequadas de preço e qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Usuários dos serviços de telecomunicações.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 137.660.224,00	Empenho Liquidado: R\$ 38.054.741,85 Pago estatais: - Total: R\$ 38.054.741,85
Previsto não orçamentário R\$ 1.600.000.000,00	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE TELEFONES EM SERVIÇO.

Unidade de medida: Percentual
Último índice apurado: 21,05 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 26,00

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A probabilidade de alcance do índice do indicador foi considerada média.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa objetiva garantir as condições de competitividade entre as prestadoras dos serviços de telecomunicações, com padrões de qualidade compatíveis com as exigências dos usuários, assegurando uma prestação de serviços de telecomunicações de forma contínua e adequada.

Nesse contexto, foi constituída a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), a fim de gerenciar e fomentar os serviços de telecomunicações após sua privatização.

No que diz respeito ao desenvolvimento das atividades de divulgação de informações sobre o Brasil, privilegia-se a pauta temática de interesse da comunidade internacional, segundo as demandas de vários interlocutores estrangeiros e atendendo às vertentes pró-ativa e reativa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de 282,3 mil ações de fiscalização.
- Concessão de 56 outorgas (STFC, TV por Assinatura e SMP).
- Concessão de 45.770 serviços privados.
- Emissão de 1.422 certificados de homologação dos serviços de telecomunicações.

No exercício de 2005, os resultados alcançados foram considerados dentro do planejado.

A ação “Certificação e Homologação de Produtos de Comunicação” superou em 59% as metas físicas previstas, com a utilização de 61% da dotação prevista no orçamento.

A ação de outorgas dos serviços de telecomunicações apresentou resultados acima do esperado, com 9.705 concessões.

A fiscalização dos serviços de telecomunicações também apresentou desempenho acima do esperado: 88% do planejado para o exercício com a utilização de, aproximadamente, 37% dos recursos disponíveis.

Foram publicadas 22 normas para o setor, objetivando a regulamentação dos serviços ofertados.

A avaliação quanto ao público-alvo ficou acima do previsto. A cobertura relativa à comunicação de massa, TV por assinatura, foi ampliada para mais 312.618 domicílios, no entanto, seus dados qualitativos não foram medidos, tendo em vista as restrições orçamentárias.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Todas as ações do programa “Oferta dos Serviços de Telecomunicações” são realizadas pela ANATEL, e estão contidas no plano de trabalho da Agência, o qual é avaliado mensalmente quanto à execução financeira e trimestralmente quanto à execução física.

Em 2005, em função do expressivo contingenciamento imposto à sua programação orçamentária, a ANATEL efetuou constantes alterações no planejamento das ações previstas para 2005, gerando postergações e, em alguns casos, cancelamento de despesas.

As alterações na dotação orçamentária da ANATEL, efetuadas pelo Congresso Nacional, foram positivas para a Agência, na medida em que foi recomposta a maior parte dos valores por ela apresentados no início da elaboração da proposta orçamentária, e não contemplados na proposta enviada pelo Executivo .

A ANATEL possui déficit no número ideal de servidores para desempenho efetivo da totalidade de suas atribuições. Para tanto, a Agência está em fase de composição de seu quadro próprio, mediante a realização de concursos públicos. Até o momento

só foi realizado um concurso, que se revelou insuficiente para o preenchimento de todas as vagas. Com a realização dos próximos certames, a Agência terá condições de exercer suas atividades de forma eficiente, sobretudo a fiscalização dos serviços de telecomunicações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Para atendimento à sociedade, foi criada a ouvidoria da agência, que desempenha de forma bastante satisfatória seu objetivo.

A ANATEL adota audiências públicas como importante mecanismo de interação com a sociedade, possibilitando o recebimento de opiniões sobre a elaboração de regulamentos pertinentes ao setor de telecomunicações.

Objetos de determinação da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), os instrumentos de consulta pública e a audiência pública colocam-se como ferramenta fundamental na transparência de todas as decisões da ANATEL. Além disso, permitem uma interação democrática da sociedade com aqueles que têm interesse no processo de regulamentação.

Em 2005, a sociedade brasileira teve a oportunidade de se manifestar sobre 71 documentos, entre normas, regulamentos e propostas de alterações de regulamentos.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações

UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

OBJETIVO

Universalizar o acesso aos serviços de comunicação eletrônica nos municípios brasileiros e diversificar os conteúdos de programação, mediante a expansão dos serviços de radiodifusão.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades e regiões carentes e/ou sem acesso aos serviços de comunicação eletrônica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 4.743.200,00	Empenho Liquidado: - Pago estatais: - Total: -
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM PELO MENOS UMA ESTAÇÃO LOCAL DE RADIODIFUSÃO

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 53 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. A principal dificuldade encontrada pelo Ministério das Comunicações (MC) e pelo programa foi a falta de pessoal na área de análise de comunicação.

2. TAXA DE MUNICÍPIOS COM PELO MENOS UMA ESTAÇÃO LOCAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 39,2 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Baixa. A principal dificuldade encontrada pelo Ministério das Comunicações (MC) e pelo programa foi a falta de pessoal na área de análise de comunicação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O quadro atual da radiodifusão no Brasil apresenta grande desigualdade inter e intra-regional no que se refere às outorgas concedidas, notadamente quanto às geradoras de televisão e às rádios comunitárias. Na implementação do programa, aproximadamente 50% dos Municípios não possuíam acesso aos serviços de comunicação eletrônica sonora, uma realidade que não condiz com o desenvolvimento tecnológico e econômico do país e revela que boa parte da população brasileira ainda se encontra socialmente excluída, sem o legítimo acesso à informação, à educação, à cultura e à integração social.

Além disso, comunidades carentes e grupos sociais específicos não possuem satisfatório acesso aos meios de comunicação eletrônica, nos quais não possuem espaço para sua socialização e integração, bem como para as manifestações sociais que valorizem os interesses e as culturas locais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Foram concedidas 1.008 outorgas no exercício de 2005, distribuídas da seguinte forma:

- 58 outorgas de emissoras de rádio FM comercial.
- 42 outorgas de emissoras de rádio FM educativa.
- 18 outorgas de emissoras de TVs educativas.
- 5 outorgas de emissoras de TVs comerciais.
- 1 outorga de emissora de rádio em onda média (OM).
- 207 autorizações de radiodifusão comunitária.
- 627 licenças definitivas de radiodifusão comunitária.
- 50 autorizações de retransmissora de televisão (RTV).

A meta de Universalização dos Serviços de Radiodifusão é implementada pela Secretaria de Comunicação Eletrônica do MC, e têm sido envidados esforços a fim de tornar mais céleres e eficientes os procedimentos de outorga e pós-outorga em todas as modalidades de serviços de radiodifusão, uma vez que o fluxo de entrada de processos é superior ao de saída, o que decorre principalmente da extinção das representações do MC nos Estados, ocorrida em novembro de 2002, provocando considerável perda da força de trabalho do setor, e da não-abertura de concurso público para recompor o respectivo quadro de pessoal.

Foram postas em prática diversas ações, a partir do início do atual Governo, como, por exemplo:

- parcerias para a cessão de pessoal com a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e o Instituto Cultural Profissionalizante de Pessoas Portadoras de Deficiência do Distrito Federal (ICP).
- simplificação de normas e procedimentos, com vistas a um ganho de eficiência na análise dos processos relativos ao serviço de radiodifusão, destacando-se a Norma Complementar nº 1/2004, do Serviço de Radiodifusão Comunitária e a Instrução Normativa nº 1, de 31/08/2005, que contém procedimentos relativos à engenharia de outorga.

- desenvolvimento de ferramentas tecnológicas de informação, como o Sistema de Controle de Processos e Documentos (CPROD) e o Sistema de Gerenciamento e Análises de Processos (SGAP), visando à melhor análise e ao controle dos processos.

Medidas que objetivam dar maior publicidade e transparência às ações relativas aos processos de outorga e de pós-outorga dos serviços de radiodifusão têm sido aplicadas. Os atos oficiais da Secretaria de Comunicação Eletrônica são disponibilizados na Internet, na própria página do MC, na qual também consta atualização permanente da listagem de entidades detentoras de outorgas de serviços de radiodifusão no País. Além disso, estão disponíveis informações sobre o andamento de processos em tramitação no ministério e resposta aos questionamentos mais frequentes sobre o assunto. Outra ação realizada nessa linha é a publicação e distribuição das cartilhas e manuais de orientação sobre procedimento, relacionados ao serviço de rádio comunitária.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A principal dificuldade enfrentada pelo programa diz respeito a restrições orçamentárias e financeiras. No exercício de 2005 não ocorreu desembolso financeiro em nenhuma ação do programa, tampouco liberação de limite orçamentário suficiente para seu pleno desenvolvimento.

Tendo em vista a substituição do Ministro das Comunicações e, conseqüentemente, dos dirigentes do Ministério, somente em setembro foi aprovada a previsão de desembolso para as ações do programa.

Com relação à ação “Implantação de Retransmissoras de Televisão da União”, em setembro último foi solicitada à Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPQD) uma proposta de fornecimento de serviços de consultoria, a fim de realizar estudo de desenvolvimento de soluções técnicas e especificações para viabilização da implantação de estações de RTV institucional em prefeituras. Em virtude da proximidade do final do exercício, não houve tempo hábil para contratação dessa consultoria.

Na ação “Capacitação de Técnicos de Radiodifusão”, foi solicitada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), a partir de um projeto da Secretaria, a apresentação de proposta de um projeto piloto para realização de turmas de capacitação, ainda em 2005. Considerando-se a exigüidade de tempo para elaborar conteúdo, mobilizar e selecionar os radiodifusores comunitários a serem capacitados, bem como tratar da logística para hospedagem, alimentação e deslocamento, não houve viabilidade de concretização do projeto.

Por fim, no âmbito da ação “Outorga de Serviço de Radiodifusão”, foi solicitada ao CPQD a apresentação de proposta de prestação de serviço de consultoria técnica especializada, visando a desenvolver uma metodologia de análise técnica na área de engenharia, que evitaria, após o tratamento dos processos de radiodifusão em atraso, novos acúmulos e atenderia prontamente aos pleitos da sociedade e radiodifusores, buscando, assim, aumentar o número de outorgas de emissoras de rádio e televisão no país. Essa proposta está sendo apreciada pelas áreas competentes do MC.

O fluxo de recursos destinado ao programa sofreu discontinuidades que prejudicaram decisivamente sua execução.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O desempenho físico das ações é medido trimestralmente com base nas outorgas e licenças de Radiodifusão concedidas pelo MC.

RECOMENDAÇÕES

- Fundir a ação “Outorga de Serviços de Radiodifusão” com a ação “Formulação e Reformulação de Políticas de Comunicação Eletrônica e Radiodifusão Digital”, com a finalidade de realizar estudos para subsidiar as outorgas com vistas à universalização do acesso aos serviços de radiodifusão no Brasil. O objeto de gasto relaciona-se com a ação “Formulação e Reformulação de Políticas de Comunicação Eletrônica e Radiodifusão Digital”.
- Migrar a ação “Capacitação em Técnicos de Radiodifusão” para o programa “Gestão da Política de Comunicações”.
- Excluir o programa “Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica”.

UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

OBJETIVO

Garantir a todos os cidadãos o acesso aos serviços de telecomunicações, visando à inclusão social, independentemente de localização e condição socioeconômica.

PÚBLICO-ALVO

População das localidades com menos de 100 habitantes, populações de baixo poder aquisitivo, de regiões remotas e de fronteira de interesse estratégico e deficientes carentes, estabelecimentos de ensino, bibliotecas e, instituições de saúde, órgãos de segurança pública, unidades de serviço público em pontos remotos do território nacional e instituições de assistência a deficientes.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 34.049.825,00	Empenho Liquidado: R\$ 84.361,73 Pago estatais: - Total: R\$ 84.361,73
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE SEGURANÇA PÚBLICA COM ACESSO À INTERNET

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do Fundo de Universalização de Telecomunicações (FUST), fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

2. TAXA DE REGIÕES REMOTAS E DE FRONTEIRA DE INTERESSE ESTRATÉGICO COM ACESSO À INTERNET

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as

ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

3. TAXA DE COMUNIDADES DE BAIXO PODER AQUISITIVO COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

4. TAXA DE LOCALIDADES COM MENOS DE CEM HABITANTES COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

5. TAXA DE PROPRIEDADES RURAIS COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

6. TAXA DE REGIÕES REMOTAS E DE FRONTEIRA DE INTERESSE ESTRATÉGICO COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

7. TAXA DE ESTABELECIMENTO PÚBLICOS DE ENSINO COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

8. TAXA DE BIBLIOTECAS COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

9. TAXA DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE SAÚDE COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

10. TAXA DE INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

11. TAXA DE DEFICIENTES CARENTES COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, INCLUINDO OS EQUIPAMENTOS DE INTERFACE

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do Programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

12. TAXA DE INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA A DEFICIENTES COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, INCLUINDO EQUIPAMENTOS DE INTERFACE

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

13. TAXA DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO COM ACESSO À INTERNET, INCLUINDO OS EQUIPAMENTOS TERMINAIS

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do FUST, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

14. TAXA DE BIBLIOTECAS COM ACESSO À INTERNET, INCLUINDO EQUIPAMENTOS TERMINAIS

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Considerando não ter havido disponibilidade de recursos do, fonte para as ações do programa, verifica-se que a probabilidade de alcance do índice do indicador é muito baixa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa “Universalização dos Serviços de Telecomunicações” foi criado para atuar diretamente na inexistência de acesso aos serviços de telefonia fixa e de conexão a redes digitais de informações, financiada pelo FUST, criado pela Lei nº 9.998 de 2000, para a população de baixa renda ou habitantes de áreas remotas.

O programa visa a garantir a todos os cidadãos acesso aos serviços de telecomunicações, visando à inclusão social da população brasileira, independentemente de localização e condição sócio-econômica.

Objetiva, ainda, maximizar a aplicação dos benefícios da infra-estrutura dos serviços de telecomunicações, aproveitando sua capacidade de disseminar com rapidez a informação e as novas tecnologias, para estender esses recursos ao apoio de serviços essenciais à população, objetivando a melhoria do atendimento à sociedade, assim como contribuir para a redução das desigualdades sociais no País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O programa não apresentou resultados ofertados diretamente à sociedade, tendo em vista a não-execução das ações.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O poder público nos termos da legislação vigente, em especial a que se refere à universalização dos serviços de telecomunicações, está impossibilitado de promover a cobertura do público-alvo, demandante de acesso à Internet e à telefonia fixa, por estar limitado à liberação dos recursos do FUST.

Há um empecilho legal ao alcance da meta de universalização dos serviços de telecomunicações, com recursos do Fundo: a Lei nº 9.998, de 2000, que instituiu o FUST, indica que os recursos podem ser aplicados somente em serviços prestados no regime público. Desse modo, apenas seria viável o uso dos recursos em projetos que contemplassem o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), atualmente o único prestado em regime público.

A utilização dos recursos em projetos voltados para o acesso às redes digitais de informação em banda larga, inclusive a internet, terão que ser tratados pelo MC. Uma das alternativas é a mudança no arcabouço legal vigente, permitindo a possibilidade de utilização dos recursos em serviços prestados também no regime privado. Outra alternativa é a criação de um serviço, prestado no regime público, para acesso às redes digitais de informação.

Um problema característico do MC e do programa, refere-se à força de trabalho disponível no Ministério. O número de servidores da Secretaria de Telecomunicações, responsável pelo programa, está muito aquém do ideal para o alcance eficaz de suas atividades. Falta de espaço físico, mobiliário e equipamentos adequados são outros problemas relacionados à estrutura do Ministério.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O público-alvo foi considerado insatisfeito, em decorrência do não-atendimento das necessidades da população residente em áreas não-atingidas pelo STFC.

RECOMENDAÇÕES

- O Poder Executivo necessita sensibilizar o Congresso Nacional para promover a reformulação da Lei nº 9.998 e da Lei Geral de Telecomunicações (LGT) ou, então, desenvolver estudos de viabilidade da criação de um serviço para acesso às redes digitais no regime público, para que possam ser removidos os entraves legais que impedem a promoção da universalização dos serviços de telecomunicações, mediante utilização dos recursos legalmente arrecadados.
- O Poder Executivo deveria, ainda, atuar no sentido de prover a infra-estrutura e a capacitação necessárias para que a Secretaria de Telecomunicações do MC desenvolva suas atividades de forma segura e plena.
- É necessária a substituição dos 14 indicadores atuais por apenas 2, um relacionado à vertente de telefonia e outro a de redes digitais.